

BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

W. W. ROSTOW

*Professor de História Económica do
Instituto Tecnológico de Massachusetts (M. I. T.)*

ETAPAS
DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

(Um Manifesto Não-Comunista)

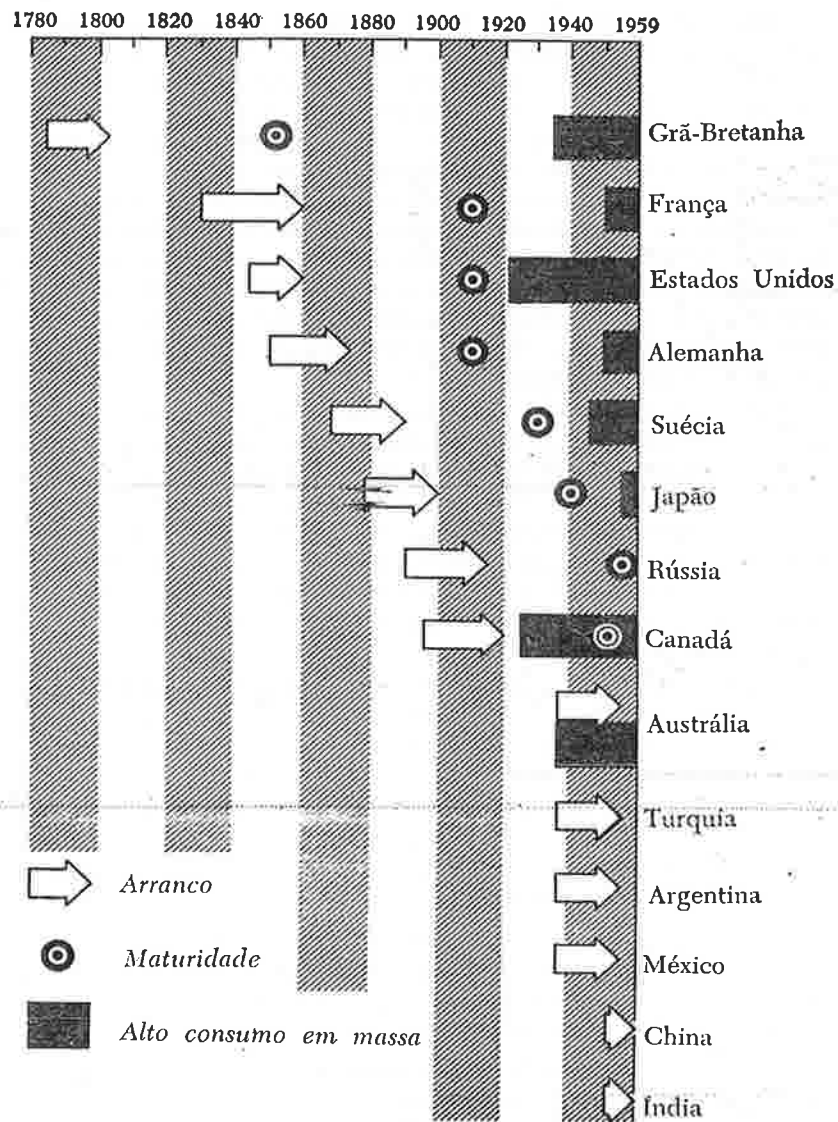
Tradução de
OCTAVIO ALVES VELHO
e

SERGIO GOES DE PAULA

Revisão de
CASSIO FONSECA

Sexta edição, aumentada

ZAHAR EDITORES
RIO DE JANEIRO



CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

ESTE livro apresenta uma generalização da marcha da História moderna feita por um historiador da economia. A forma de tal generalização é um conjunto de etapas de desenvolvimento.

Aos poucos, cheguei à conclusão de que é viável e, para determinados fins limitados, útil decompor a história de cada economia nacional — e por vezes a de regiões inteiras — de acordo com este conjunto de etapas. Elas constituem, no fim de contas, tanto uma teoria sobre o desenvolvimento econômico quanto uma teoria mais geral, embora ainda consideravelmente parcial, sobre a totalidade da História moderna.

Todavia, qualquer maneira de encarar as coisas que ela procura abranger — digamos, aspectos significativos da Grã-Bretanha dos fins do século XVIII e a Rússia de Khrushchev; o Japão do período Meiji¹ e o Canadá do surto ferroviário anterior a 1914; os Estados Unidos de Alexander Hamilton e a China de Mao; a Alemanha de Bismarck e o Egito de Nasser — qualquer esquema assim, para sermos moderados, tende a sofrer certas limitações. Nunca será demais salientar, desde logo, que as etapas de desenvolvimento são um modo arbitrário e restrito de encarar a seqüência da História moderna, e que não são, em qualquer sentido absoluto, uma forma exata. Elas se destinam, com efeito, a dramatizar não as meras uniformidades na marcha da modernização, mas também — e igualmente — a exclusividade da experiência de cada nação.

Como Croce disse, ao discutir as limitações do materialismo histórico: "... se bem que seja possível reduzir a conceitos gerais os fatores particulares da realidade que aparecem na História... não é possível compor em conceitos gerais o complexo

¹ De 1868 a 1912. (N. do T.)

total único formado por esses fatores".² Assim, interessar-nos-emos por certos "fatores particulares da realidade" que parecem ser constantes através da História do mundo moderno desde aproximadamente 1700.

Tendo aceitado e salientado a natureza limitada do empreendimento, deve notar-se que as etapas do desenvolvimento se destinam a lidar com uma faixa bastante extensa de problemas. Quais os impulsos que levaram as tradicionais sociedades agrícolas a iniciar o processo de sua modernização? Quando e como o desenvolvimento regular se tornou um traço inerente a cada sociedade? Que forças impulsionaram a marcha do desenvolvimento automático e determinaram sua configuração? Que traços sociais e políticos comuns do processo de desenvolvimento podem ser percebidos em cada etapa? Em que direções a originalidade de cada sociedade se expressou em cada etapa? Que forças determinaram as relações entre as áreas mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas; e qual a relação, se é que houve, da seriação relativa do desenvolvimento com a irrupção de guerras? E, por fim, para onde nos estão levando os juros compostos?³ Estarão levando-nos para o comunismo; para os opulentos subúrbios, elegantemente refinados com o capital social básico; para a destruição; para a Lua, ou para onde?

As etapas de desenvolvimento se destinam a enfrentar esses temas e, visto constituírem uma alternativa para a teoria de Karl Marx sobre a História moderna, reservei o último capítulo para uma comparação entre o seu modo de ver as coisas e o meu.

Uma coisa, entretanto, deve ficar clara: conquanto as etapas de desenvolvimento sejam um método econômico de encarar sociedades integradas, em nenhum sentido implicam que os mundos da política, da organização social e da cultura sejam uma simples superestrutura construída sobre a economia e oriunda exclusivamente dela. Pelo contrário, aceitamos, desde logo, a noção a que Marx, no fim, voltou as costas, e que Engels estava disposto a admitir de todo o coração já em sua velhice, qual seja a de que

² Benedetto Croce, *Historical Materialism and the Economics of Karl Marx*, tr. C. M. Meredith (Londres), págs. 3-4.

³ Essa expressão é empregada como uma forma sintética de sugerir que o desenvolvimento normalmente se processa numa progressão geométrica, tal e qual uma conta bancária popular quando se deixam os juros acumularem-se ao capital.

as sociedades são organismos interatuantes. Embora seja verdade que a mudança econômica tem conseqüências políticas e sociais, a mudança econômica propriamente dita é aqui olhada como a conseqüência de forças políticas e sociais, tanto quanto de forças estritamente econômicas. E, em termos de motivação humana, muitas das mais profundas mudanças econômicas são encaradas como decorrentes de motivos e aspirações humanos que nada têm de econômicos. O estudante do desenvolvimento econômico nunca deve olvidar a asserção de Keynes: "Se a natureza humana não se sentisse tentada a arriscar-se sem qualquer satisfação (exceto o lucro) a construir uma fábrica, uma estrada de ferro, uma mina ou uma fazenda, talvez não houvesse muitos investimentos só devido a um calculismo frio."⁴

A explanação principia com uma definição impressionista das cinco etapas de desenvolvimento mais importantes e um enunciado resumido da teoria dinâmica da produção que constitui a ossatura dessas etapas. Os quatro capítulos seguintes apreciam mais analiticamente, e exemplificam com casos de História e da experiência contemporâneas, as etapas posteriores à sociedade tradicional: o período das precondições, o arranco, a maturidade e o período de difusão maciça de produtos duráveis de consumo e serviços.

O capítulo VII examina comparativamente os padrões de desenvolvimento da Rússia e dos Estados Unidos no último século, uma questão que é não só de interesse histórico como contemporâneo.

O capítulo VIII aplica as etapas de desenvolvimento ao problema da agressão e da guerra, até os primeiros anos da década de 1950, ou seja, o problema comumente suscitado sob a rubrica do Imperialismo.

O capítulo IX prossegue com essa análise da relação entre o desenvolvimento e a guerra, projetando-a no futuro e considerando a natureza do problema da paz, examinado sob o ponto de vista das etapas de desenvolvimento.

E, afinal, no capítulo X estudamos explicitamente a relação entre as etapas de desenvolvimento e o sistema marxista.

Ora, quais são, pois, essas etapas de desenvolvimento?

⁴ *General Theory*, pág. 150.

CAPÍTULO II

AS CINCO ETAPAS DO
DESENVOLVIMENTO — UM SUMÁRIO

É POSSÍVEL enquadrar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro de uma das cinco seguintes categorias: a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa.

A Sociedade Tradicional

Primeiramente, temos a sociedade tradicional. Uma sociedade tradicional é aquela cuja estrutura se expande dentro de funções de produção limitadas, baseadas em uma ciência e tecnologia pré-newtonianas, assim como em atitudes pré-newtonianas diante do mundo físico. Newton é aqui tomado como um símbolo daquele divisor de águas da História após o qual os homens passaram a crer, de maneira predominante, que o mundo exterior estava sujeito a umas quantas leis cognoscíveis e que era suscetível de manipulação produtiva sistemática.

O conceito de sociedade tradicional, todavia, não é de forma alguma estático, nem exclui aumentos do volume da produção. A área pode ser dilatada; algumas inovações técnicas *ad hoc* (amíde inovações altamente rendosas) podiam ser introduzidas no comércio, na indústria e na agricultura; a produtividade podia crescer, por exemplo, com o melhoramento das obras de irrigação ou a descoberta e propagação de uma nova colheita. O fato central, contudo, no que toca à sociedade tradicional, era que existia um teto no nível alcançável do volume da produção *per capita*. Esse teto se originava do fato de as potencialidades

inerentes à ciência e à tecnologia modernas não estarem ainda disponíveis ou não serem regular e sistematicamente aplicadas.

Tanto no passado recuado quanto em tempos recentes, a história das sociedades tradicionais foi, por isso, uma série de mudanças ilimitadas. A área e o volume do comércio dentro delas e entre elas flutuavam, por exemplo, conforme a turbulência social e política, a eficiência do governo central, o bom estado das vias de comunicação. A população — e, dentro de certos limites, o nível da vida — subia e descia não só de acordo com a seqüência das colheitas, mas igualmente conforme a incidência das guerras e das pragas. Surgiram diversos graus de manufatura; porém, como na agricultura, o nível da produtividade foi limitado pela existência da ciência moderna, assim como de suas aplicações e da atitude mental que cria.

Falando de um modo geral, essas sociedades, devido à limitação de sua produtividade, tinham de dedicar uma proporção extremamente elevada de seus recursos à agricultura; desse sistema agrícola, originava-se uma estrutura social hierarquizada, com âmbito relativamente reduzido — mas sempre havendo algum — para a mobilidade vertical. Os vínculos de família e de clã exerciam importante papel na organização social. O sistema de valores dessas sociedades estava sincronizado geralmente com o que poderíamos chamar de fatalismo a longo prazo; ou seja, com a suposição de que a gama de possibilidades abertas para os netos da gente seria a mesma que existira para nossos avós. Contudo, aquele fatalismo a longo prazo não excluía a opção a curto prazo de, dentro de amplos limites, ser perfeitamente lícito e possível ao indivíduo esforçar-se por melhorar sua sina, ainda em sua vida. Nas aldeias chinesas, por exemplo, feria-se uma luta interminável para adquirir ou evitar perder terras, produzindo uma situação em que as terras raramente permaneciam na mesma família durante um século.

Conquanto o poder político central — sob uma ou outra forma — muitas vezes existisse em sociedades tradicionais, transcendendo a regiões relativamente auto-suficientes, o centro de gravidade do poder político geralmente ficava nas regiões, nas mãos dos que detinham a posse ou o controle da terra. O proprietário de terras mantinha influência flutuante, porém comumente profunda, sobre o poder político existente, apoiado por

seus funcionários civis e soldados, inspirado por atitudes e controlado por interesses que ultrapassavam as regiões.

Em termos de História, pois, com o nome "sociedade tradicional" nós englobamos todo o mundo pré-newtoniano; as dinastias da China; a civilização do Oriente Médio e do Mediterrâneo; o mundo da Europa medieval. E ainda adicionamos as sociedades pós-newtonianas que, por certo tempo, permaneceram intatas ou indiferentes à nova capacidade do homem para manipular regularmente o meio ambiente tendo em vista seu proveito econômico.

Incluir todas essas infinitamente diversas e mutáveis sociedades em uma categoria única, alegando que todas compartilharam um mesmo teto de produtividade de suas técnicas econômicas, é de fato dizer muito pouco. Mas, afinal de contas, estamos apenas abrindo caminho para chegar ao assunto deste livro, qual seja o das sociedades pós-tradicionais, em que cada uma das principais características da sociedade tradicional foi alterada de maneira tal a permitir o desenvolvimento regular: sua política, sua estrutura social, e (até certo ponto) seus valores, assim como sua economia.

As Precondições para o Arranco

A segunda etapa do desenvolvimento abarca sociedades em pleno processo de transição; isto é, o período em que as precondições para o arranco se estabelecem, posto que leva tempo para transformar uma sociedade tradicional de molde a poder ela explorar os frutos da ciência moderna, para afastar os rendimentos decrescentes e, assim, desfrutar as bênçãos e opções abertas pela acumulação dos juros compostos.

As precondições para o arranco se desenvolveram pela primeira vez, de forma bem acentuada, na Europa ocidental do fim do século XVII e início do XVIII, à medida que as concepções da ciência moderna principiaram a se converter em novas funções de produção, tanto da agricultura quanto da indústria, num ambiente dinamizado pela expansão paralela dos mercados mundiais e pela concorrência internacional por estes. Não obstante, tudo que se oculta por trás da decomposição da Idade Média diz respeito à criação das precondições para o arranco na Europa

ocidental. Entre os Estados do Oeste da Europa, a Grã-Bretanha, favorecida pela geografia, pelos recursos naturais, pelas possibilidades comerciais, pela estrutura social e política, foi a primeira a desenvolver amplamente tais condições prévias.

O caso mais geral da História moderna, entretanto, viu a fase das precondições surgir não endogenamente, mas provindo de uma intromissão externa por sociedades mais adiantadas. Essas invasões — literais ou figuradas — abalaram a sociedade tradicional e iniciaram ou aceleraram seu desmoronamento; elas, porém, igualmente puseram em movimento idéias e sentimentos que originaram o processo graças ao qual uma alternativa moderna para a sociedade tradicional pôde ser construída a partir da antiga cultura.

Dissemina-se a idéia de que não só é possível o progresso econômico, mas também que ele é condição indispensável para uma outra finalidade considerada benéfica: seja ela a dignidade nacional, o lucro privado, o bem-estar geral, ou uma vida melhor para os filhos. A educação, pelo menos para alguns, amplia-se e modifica-se a fim de atender às necessidades da moderna atividade econômica. Aparecem novos tipos de homens de empresa — na economia privada, no governo ou em ambos — dispostos a mobilizar economias ou a correr riscos visando ao lucro ou à modernização. Despontam bancos e outras instituições destinadas à mobilização de capital. Crescem os investimentos, notadamente em transportes, comunicações e matérias-primas em que outras nações possam ter um interesse econômico. Alarga-se a órbita do comércio, interna e externamente. E, aqui e ali, aparece a moderna empresa industrial, empregando os novos métodos. Toda essa atividade, porém, se processa em ritmo limitado dentro de uma economia e de uma sociedade ainda caracterizadas sobretudo pelos métodos tradicionais de baixa produtividade, pela estrutura social e pelos antigos valores, bem como pelas instituições políticas com bases regionais que evoluíram com aqueles.

Em muitos casos recentes, por exemplo, a sociedade tradicional persistiu ao lado de atividades econômicas modernas, geridas com objetivos econômicos limitados por uma potência colonialista ou quase-colonialista.

Se bem que o período de transição — entre a sociedade tradicional e o arranco — assistisse a mudanças de vulto, tanto

na própria economia quanto no equilíbrio dos valores sociais, o aspecto decisivo era amiúde político. Politicamente, a formação de um Estado nacional centralizado eficaz — baseada em coligações matizadas pelo novo nacionalismo, em oposição aos tradicionais interesses regionais agrários, à potência colonialista ou a ambos — foi um aspecto decisivo do período das condições. Isso também foi, quase universalmente, uma condição necessária para o arranco.

Muita coisa ainda tem de ser dita acerca do período das condições, mas reservaremos isso para o capítulo III, onde se examina a transição entre uma sociedade tradicional e uma sociedade moderna.

O Arranco

Atingimos agora um grande manancial da vida das sociedades modernas: a terceira etapa desta seqüência, o arranco. É ele o intervalo em que as antigas obstruções e resistências ao desenvolvimento regular são afinal superadas. As forças que contribuem para o progresso econômico, e que já haviam dado lugar a surtos e ilhotas de atividade moderna, dilatam-se e conseguem dominar a sociedade. O desenvolvimento passa a ser sua situação normal. Os juros compostos como que se integram em seus hábitos e em sua estrutura institucional.

Na Grã-Bretanha, bem como nas partes bem dotadas do mundo povoado principalmente por ela (Estados Unidos, Canadá, etc.), o incentivo próximo para o arranco foi principalmente (mas não inteiramente) tecnológico. No caso mais geral, o arranco aguardou não só a acumulação de capital social fixo e um surto de evolução tecnológica da indústria e da agricultura, mas também o acesso ao poder político de um grupo preparado para encarar a modernização da economia como assunto sério e do mais elevado teor político.

Durante o período do arranco, a taxa real de investimentos e poupança pode subir, digamos, de 5% da renda nacional para 10% ou mais; sem embargo, onde era necessário um maciço investimento de capital social fixo para criar as condições técnicas para o arranco, a taxa de investimento na fase das pre-

condições podia ser superior a 5% como, por exemplo, no Canadá antes de 1890 e na Argentina antes de 1914. Em casos assim, os capitais importados geralmente representam alta proporção do investimento total no período das condições e, às vezes, até mesmo durante o próprio arranco, como na Rússia e no Canadá durante seus surtos ferroviários anteriores a 1914.

No decurso do arranco, novas indústrias se expandem rapidamente, dando lucros dos quais grande parte é reinvestida em novas instalações, e estas novas indústrias, por sua vez, estimulam, graças à necessidade aceleradamente crescente de operários, de serviços para apoiá-las e de outros bens manufaturados, uma ulterior expansão de áreas urbanas e de outras instalações industriais modernas. Todo o processo de expansão no setor moderno produz um aumento de renda nas mãos daqueles que não só economizam a taxas mais elevadas, como também colocam suas economias à disposição dos que se acham empenhados em atividades no setor moderno. A nova classe empresarial se amplia e dirige fluxos aumentados do investimento no setor privado. A economia explora recursos naturais e métodos de produção até então inaproveitados.

Difundem-se novas técnicas agrícolas ou industriais, à medida que a agricultura vai sendo industrializada, e um número cada vez maior de fazendeiros se dispõe a aceitar os novos métodos e as modificações profundas que estes acarretam para seu estilo de vida. As mudanças revolucionárias na produtividade agrícola são condição indispensável ao êxito do arranco, pois a modernização da sociedade aumenta radicalmente seus gastos com produtos da agricultura. Em um ou dois decênios, tanto a estrutura básica da economia quanto a estrutura social e política da sociedade se transformam de maneira tal que, a partir daí, pode ser mantido um ritmo constante de desenvolvimento.

Como se indica no capítulo IV, pode-se atribuir aproximadamente o arranco da Grã-Bretanha às duas décadas após 1783; da França e dos Estados Unidos, a várias décadas precedendo 1860; da Alemanha, ao terceiro quartel do século XIX; do Japão, ao último quartel do século XIX; da Rússia e do Canadá, ao quarto de século imediatamente anterior a 1914; no decênio iniciado em 1950, a Índia e a China, de maneiras assaz diferentes, lançaram-se aos seus respectivos arrancos.

A Marcha para a Maturidade

Após o arranco, segue-se um longo intervalo de progresso continuado, embora flutuante, à medida que a economia agora em firme ascensão procura estender a tecnologia moderna a toda a frente de sua atividade econômica. Cerca de 10 a 20% da renda nacional são investidos continuamente, permitindo à produção ultrapassar regularmente o incremento demográfico. A textura da economia se modifica incessantemente à medida que a técnica se aperfeiçoa, novas indústrias se aceleram e indústrias mais antigas se estabilizam. A economia encontra seu lugar no panorama internacional: bens anteriormente importados são produzidos localmente; aparecem novas necessidades de importação, assim como novos artigos de exportação para se contraporem. A sociedade estabelece os acordos que deseja com as necessidades da moderna eficiência da produção, balanceando os novos valores e instituições com os antigos, ou revendo estes últimos de forma a auxiliar e a não retardar o processo do crescimento.

Uns 60 anos após o início do arranco (digamos, 40 anos depois do seu término) geralmente se atinge o que se denomina maturidade. A economia, comentada durante o arranco num complexo relativamente estreito de indústria e tecnologia, dilatou seu campo de ação para abranger processos mais apurados e tecnologicamente amíúde mais complexos; por exemplo, pode haver uma deslocação do foco de interesse do carvão, ferro e indústrias de engenharia pesada da fase ferroviária para máquinas-ferramenta, produtos químicos e equipamento elétrico. Esta foi, por exemplo, a transição que a Alemanha, a Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos haviam passado no fim do século XIX ou pouco depois disso. Há outros padrões específicos, contudo, que foram seguidos na seqüência do arranco para a maturidade, e que são examinados no capítulo V.

Podemos definir essencialmente a maturidade como a etapa em que a economia demonstra capacidade de avançar para além das indústrias que inicialmente lhe impeliram o arranco e para absorver e aplicar eficazmente num campo bem amplo de seus recursos — se não a todos eles — os frutos mais adiantados da tecnologia (então) moderna. Esta é a etapa em que a economia

demonstra que possui as aptidões técnicas e organizacionais para produzir não tudo, mas qualquer coisa que decida produzir. Pode carecer (como a Suécia e a Suíça contemporâneas, por exemplo) das matérias-primas ou de outros fatores de suprimento necessários para produzir economicamente um determinado tipo de produção; sua dependência, todavia, é antes uma questão de opção econômica ou de prioridade política do que uma carência tecnológica ou institucional.

Historicamente, pareceria que cerca de 60 anos são necessários para uma sociedade avançar do início do arranco até a maturidade. Analiticamente, a explicação desse intervalo assim pode ser encontrada na poderosa aritmética dos juros compostos aplicada ao estoque de capital, combinada com as conseqüências mais latas da capacidade demonstrada por uma sociedade para absorver a tecnologia moderna de três gerações sucessivas em um regime em que o desenvolvimento é a condição normal. Entretanto, é evidente, não se justifica qualquer dogmatismo a respeito da duração exata do intervalo entre o arranco e a maturidade.

A Era do Consumo em Massa

Chegamos agora à era do consumo em massa, em que, no devido tempo, os setores líderes se transferem para os produtos duráveis de consumo e os serviços: uma fase de que os norte-americanos estão principiando a sair; cujas alegrias, nem sempre nítidas, a Europa ocidental e o Japão estão começando a experimentar, e com a qual a sociedade soviética está flertando meio contrafeita.

À proporção que as sociedades atingiram a maturidade no século XX, duas coisas aconteceram: a renda real por pessoa elevou-se a um ponto em que maior número de pessoas conseguiu, como consumidores, ultrapassar as necessidades mínimas de alimentação, habitação e vestuário; e a estrutura da força do trabalho modificou-se de maneira tal que não só aumentou a produção da população urbana em relação à total, mas também a de trabalhadores em escritórios ou como operários especializa-

dos — conscientes e ansiosos por adquirir as benesses de consumo de uma economia amadurecida.

Além dessas transformações econômicas, a sociedade deixou de aceitar a ulterior expansão da tecnologia moderna como objetivo supremo. É nessa etapa pós-maturidade, por exemplo, que as sociedades ocidentais, mediante processos políticos, decidiram atribuir recursos cada vez maiores à assistência social. O surto do Estado do Bem-Estar (*welfare state*) é uma manifestação de uma sociedade que marcha para além da maturidade técnica; mas também é nessa etapa que os recursos tendem cada vez mais a ser dirigidos para a produção de artigos de consumo durável e à difusão dos serviços em massa, caso predomine a soberania dos consumidores. A máquina de costura, a bicicleta e, posteriormente, os vários utensílios domésticos elétricos foram gradativamente disseminados. Historicamente, contudo, o elemento decisivo foi o automóvel barato produzido em série com seus efeitos bastante revolucionários — tantos sociais como econômicos — sobre a vida e as expectativas da sociedade.

Para os Estados Unidos, o ponto crítico foi, quiçá, a linha de montagem móvel de Henry Ford em 1913-1914; foi, porém, na década de 1920, e novamente na do pós-guerra, em 1946-1956, que esta etapa de desenvolvimento foi levada, praticamente, à sua conclusão lógica. No decênio inaugurado em 1950, a Europa ocidental e o Japão parecem haver ingressado plenamente nesta fase, devido em grande parte a um ímpeto de suas economias assaz inesperado nos anos imediatamente seguintes à guerra. A União Soviética está tecnicamente pronta para esta etapa, e, segundo todos os indícios, seus cidadãos mostram-se sequiosos, mas os chefes comunistas enfrentarão difíceis problemas políticos e sociais de ajustamento caso se desencadeie essa etapa.

Para Além do Consumo

Para além daí, é difícil fazer previsões, exceto, talvez, observar que os norte-americanos, pelo menos, se têm comportado neste último decênio como se uma utilidade marginal relativa decrescente se estabelecesse, depois de certo ponto, para os bens duráveis de consumo; e eles escolheram, na margem, maiores

famílias — comportamento esse conforme ao padrão da dinâmica dos Buddenbrooks.¹ Os norte-americanos vêm agindo como se, tendo nascido em um sistema que garante segurança econômica e consumo em massa, atribuíssem escasso valor à aquisição de acréscimos adicionais à renda real sob a forma convencional, em contraste com as vantagens e os valores de uma família maior. Mas, ainda nesta aventura de generalização, é um tanto cedo para criar — baseando-nos em um único caso — uma nova etapa de desenvolvimento, fundamentada em crianças, para suceder à dos bens duráveis de consumo: como diriam os economistas, a relação elasticidade-renda da procura de filhos talvez varie de uma sociedade para outra. Sem embargo, é verdade que as consequências do grande surto de bebês a par do *deficit* não de todo desconexo de capital social fixo têm mais probabilidades de dominar a economia norte-americana da próxima década do que a ulterior difusão de bens duráveis de consumo.

Eis, assim, sob uma forma mais impressionista do que analítica, as etapas de desenvolvimento que se pode distinguir logo que a sociedade tradicional começa a modernizar-se: o período de transição em que as condições para o arranco são criadas, geralmente como reação à intromissão de uma potência estrangeira, concomitantemente com certas forças nacionais que favorecem a modernização; o arranco propriamente dito; a marcha para a maturidade, que via de regra abarca a vida de mais duas gerações; e a seguir, finalmente, se o aumento da renda acompanhou a disseminação do virtuosismo técnico (o que, segundo veremos, não precisa conseguir imediatamente), o desvio da economia totalmente amadurecida para proporcionar produtos duráveis de consumo e serviços (assim como o Estado do Bem-Estar) para sua população cada vez mais urbana — e posteriormente suburbana. Além desse ponto, jaz a questão de saber se surgirá

¹ No romance de Thomas Mann sobre três gerações, a primeira procurava fortuna; a segunda, nascida já endinheirada, procurava posição social e cívica; a terceira, que conheceu desde o berço o conforto e o prestígio social, buscou realizar-se na música. A frase é indicada para sugerir, assim, as mudanças de aspirações das gerações, visto darem pouco valor ao que aceitam como natural e procurarem novas formas de satisfação.

² Nas modernas metrópoles norte-americanas, é marca de prestígio social viver nos subúrbios, isto é, em pequenas cidades dos arredores do grande centro urbano, estritamente residenciais e hierarquizados. (N. do T.)

ou não uma estagnação espiritual secular e, em caso afirmativo, como pode o homem afastá-la: um tema apreciado no capítulo VI.

Nos quatro capítulos seguintes examinaremos com maior minúcia e rigor as precondições, o arranco, a marcha para a maturidade e os processos que conduziram à era do consumo em massa. Entretanto, ainda neste capítulo introdutório deve ser esclarecida uma característica deste sistema.

Uma Teoria Dinâmica da Produção

Estas etapas não são meramente descritivas. Não são apenas um modo de generalizar certas observações de fatos acerca da seqüência do desenvolvimento das sociedades modernas. Possuem elas uma lógica e uma continuidade interiores; têm um arcabouço analítico, enraizado numa teoria dinâmica da produção.

A teoria clássica da produção é formulada partindo de hipóteses essencialmente estáticas que imobilizam — ou só lhes permitem uma única alteração — as variáveis mais relevantes do processo do desenvolvimento econômico. Ao procurarem os economistas modernos fundir a teoria clássica da produção com a análise da renda de autoria de Keynes, introduziram as variáveis dinâmicas: população, tecnologia, iniciativa, etc. Contudo, tenderam a fazer isso de modo tão rígido e genérico que seus modelos não podem dar conta dos fenômenos essenciais do desenvolvimento, segundo aparecem aos olhos de um historiador econômico. Precisamos de uma teoria dinâmica da produção que não só isole a distribuição da renda entre consumo, poupança e investimento (e o equilíbrio da produção entre bens de consumo e bens de produção), mas que focalize diretamente e com certo pormenor a composição do investimento e as transformações ocorridas dentro de setores particulares da economia. A argumentação que se segue baseia-se em uma teoria da produção assim flexível e específica.

Quando dilatamos os lindes convencionais da teoria da produção, é possível definir posições de equilíbrio teórico não só para a produção, o investimento e o consumo tomados em conjunto, mas para cada setor da economia também.³

³ W. W. Rostow, *The Process of Economic Growth* (Oxford, 1953), especialmente cap. IV. Também, "Trends in the Allocation of Resources

Dentro do arcabouço estabelecido por forças que determinam o nível total da produção, posições ideais dos setores são determinadas relativamente à procura, pelos níveis de renda e de população, e pela natureza dos gostos; relativamente à oferta, pela situação da tecnologia e pela qualidade da capacidade empresarial, já que a última determina a proporção de inovações tecnicamente disponíveis e potencialmente lucrativas deveras incorporadas ao estoque de capital.⁴

Ademais, deve-se introduzir uma hipótese empírica extremamente significativa: a de que a desaceleração é o caminho normal ideal de um setor, devido à variedade de fatores que influem dentro dele, tanto relativamente à oferta quanto à procura.⁵

Os balanceamentos que provêm da aplicação desses critérios constituem um conjunto de opções setoriais, do qual se origina, como primeira derivada, uma seqüência de padrões ideais de investimento.

Os modelos históricos de investimento não obedeceram, está claro, exatamente a esses padrões ideais. Foram deturpados por imperfeições no processo do investimento privado, por orientações dos governos e pelo impacto das guerras. As guerras alteraram temporariamente as direções lucrativas de investimento, ao criarem procuras arbitrárias e ao modificarem as condições da oferta; destruíram capital e, ocasionalmente, aceleraram a criação de nova tecnologia importante para a economia de tempo de paz, além de modificarem a estrutura política e social em condições propícias ao desenvolvimento de tempo de paz.⁶ A seqüência histórica dos ciclos econômicos e tendências a longo prazo resulta desses desvios dos padrões reais em face daquelas considerações ótimas; e essas flutuações, a par do impacto das guerras, dão lugar a caminhos históricos de desenvolvimento que diferem da-

in *Secular Growth*", cap. 15 de *Economic Progress*, organizado por Leon H. Dupriez, com a colaboração de Douglas C. Hague (Louvain, 1955).

⁴ Em um modelo fechado, uma teoria dinâmica da produção tem de levar em conta, como aspectos específicos de investimento, os recursos variáveis de ciência básica e aplicada, o que é feito em *The Process of Economic Growth*, especialmente págs. 22-25.

⁵ *Process of Economic Growth*, págs. 96-103.

⁶ *Process of Economic Growth*, cap. VII, especialmente págs. 164-167.

queles que os caminhos ideais, calculados *a priori*, teriam suscitado.

Não obstante, a história econômica das sociedades em crescimento deve parte de sua forma tosca ao esforço das sociedades para se aproximarem dos caminhos setoriais ótimos.

Em qualquer época, o ritmo de desenvolvimento dos setores varia grandemente; é possível isolar empiricamente certos setores líderes, nos estágios iniciais de sua evolução, cujo rápido ritmo de expansão exerce papel essencial, direto e indireto, na manutenção do ímpeto global da economia.⁷ Para determinados fins é útil caracterizar uma economia em função de seus setores líderes, e uma parte da base técnica das etapas de desenvolvimento consiste na seqüência mutável desses setores. Em suma, o fato de tais setores tenderem a mostrar uma fase de crescimento rápido, bem no princípio, é que possibilita e torna útil olhar a história econômica antes como uma sucessão de etapas do que como um simples contínuo, no qual a natureza nunca dá saltos.

As etapas do desenvolvimento também impõem, no entanto, que sejam levadas em conta as elasticidades da procura e que este assaz conhecido conceito seja ampliado. Isso porque estas fases de crescimento setorial rápido não provêm unicamente da descontinuidade das funções de produção, mas também das elevadas elasticidades-preço ou elasticidades-renda da procura. Os setores líderes não são determinados unicamente pela mudança do fluxo da tecnologia e da disposição dos homens de empresa para aceitar inovações existentes: são determinados ao mesmo passo pelos tipos de procura que demonstraram alta elasticidade com relação a preços, a renda ou a ambos.

A procura de recursos, sem embargo, não resultou exclusivamente das procuras estabelecidas pelo gosto e pela escolha dos particulares, senão também das decisões sociais e da política dos governos — democraticamente responsáveis ou não. É preciso, por conseguinte, encarar as escolhas feitas pelas sociedades quanto ao destino a dar a seus recursos em termos que ultrapassam os processos mercantis convencionais. Cumpre ter em vista suas

⁷ Para um exame dos setores líderes, suas conseqüências diretas e indiretas e os diversos rumos de seu impacto, ver "Trends in the Allocation of Resources in Secular Growth", *loc. cit.*

funções assistenciais, no mais lato sentido, inclusive os processos não-econômicos que as determinaram.

A tendência dos índices de natalidade, por exemplo, representa uma forma da escolha do bem-estar feita pelas sociedades com a variação da renda, e as curvas demográficas refletem (a par das variações das taxas de mortalidade) como o cálculo do tamanho da família foi feito nas várias etapas. Partindo do declínio usual (mas não universal) da natalidade, durante ou pouco depois do arranco, à medida que a urbanização se impôs e o progresso se tornou uma possibilidade palpável, até a recente alta, os norte-americanos (e outros em sociedades de consumo em massa) parecem ter procurado em famílias maiores outros valores que não os assegurados pela segurança econômica e por uma vasta disponibilidade de bens duráveis de consumo e serviços.

Há outras decisões, analogamente, que as sociedades têm tomado quando as escolhas com que se defrontam são alteradas pelo processo do desenvolvimento econômico em plena marcha. Estas latas decisões coletivas, determinadas por muitos fatores — cujas raízes são encontradas na História, na cultura e no processo político ativo — alheios ao mercado, têm interagido com a dinâmica da procura do mercado, a disposição para correr riscos, a tecnologia e a iniciativa, a fim de precisar o conteúdo específico das etapas de desenvolvimento para cada sociedade.

Como, por exemplo, deveria a sociedade tradicional reagir ante a intromissão de uma potência mais adiantada: com coesão, presteza e vigor, como os japoneses; fazendo da fraqueza força, como os irlandeses do século XVIII; alterando lenta e relutantemente sua estrutura, como os chineses?

Quando é alcançado o *status* de nação moderna e independente, qual o destino a dar às energias nacionais: agressão externa, para reparar erros antigos ou para explorar possibilidades recém-criadas ou recém-percebidas de aumento do poder nacional; coroamento e consolidação da vitória política do novo governo nacional sobre primitivos interesses regionais; ou modernização da economia?

Uma vez em marcha o desenvolvimento, com o arranco, até que ponto as exigências de difundir a tecnologia moderna e acelerar o ritmo de crescimento deverão ser moderadas pelo desejo de incrementar o consumo *per capita* e o bem-estar?

Quando se atinge a maturidade tecnológica e a nação tem a seu dispor uma máquina industrial modernizada e diferenciada, a serviço de que fins e em que proporção deverá ser ela posta: para aumentar a assistência social, por intermédio do Estado do Bem-Estar; para expandir o consumo em massa a fim de penetrar no campo dos bens duráveis de consumo e dos serviços; para engrandecer a estatura e o poder da nação no palco mundial; ou para incrementar o lazer?

E depois vem a época mais além, uma época de que a História só nos dá por enquanto fragmentos esparsos: o que fazer quando a própria elevação da renda real perder seu fascínio? Mais filhos, tédio, fins de semana de três dias, a Lua, ou a criação de novas fronteiras humanas interiores em substituição aos imperativos da escassez? ⁸

Ao examinar os grandes lineamentos de cada etapa de desenvolvimento, estamos então estudando, não simplesmente a estrutura de cada setor das economias, para ver como é que elas se transformaram para crescer, e como cresceram, mas igualmente uma série de opções estratégicas feitas por várias sociedades, referentes ao emprego a dar a seus recursos, que incluem, porém transcendem, as elasticidades-renda e as elasticidades-preço da procura.

⁸ Cf., a propósito, Erich FROMM: *Psicanálise da Sociedade Contemporânea*, trad. de G. Rebuá e L. Bahia, págs. 322-352, e *Análise do Homem*, trad. de Octavio A. Velho, págs. 162-170, ambas publicadas por esta Editora. (N. do T.)

CAPÍTULO III

AS PRECONDIÇÕES PARA O ARRANCO

Os Dois Casos

APRECIAMOS, neste capítulo, as condições para o arranco: a era de transição em que uma sociedade se prepara — ou é preparada por forças externas — para o desenvolvimento sistemático.

É mister começar estabelecendo a distinção entre dois tipos de casos que a História nos apresenta.

Há inicialmente o que se pode denominar caso geral. Ele se adapta não só à evolução da maior parte da Europa, mas também da Ásia, do Oriente Médio e da África. Neste caso geral, a criação das condições para o arranco exigiu modificações fundamentais em uma sociedade tradicional bem estabelecida: transformações que afetaram, e alteraram profundamente, a estrutura social e o sistema político, assim como as técnicas de produção.

Vem a seguir o segundo caso. Abarca ele o pequeno grupo de nações que, em certo sentido, “nasceram livres”: ¹ os Estados Unidos, a Austrália, a Nova Zelândia, o Canadá e, talvez, umas poucas mais. Essas nações foram criadas principalmente despojando uma Grã-Bretanha já bem adiantada no processo de transição. Outrossim, foram fundadas por grupos sociais — em princípio, um determinado tipo de inconformados — que se achavam à margem do processo dinâmico de transição que aos poucos progredia dentro da Grã-Bretanha. Por fim, os respectivos meios físicos — de terra e outros recursos naturais, selvagens porém abundantes — desestimulavam a manutenção daqueles elementos

¹ Frase empregada por Louis Hartz em *The Liberal Tradition in America* (Nova York, 1955).